



PROVA SUBJETIVA

GRUPO III

Prezado(a) Candidato(a),

1. **VERIFIQUE**, com muita atenção, este **CADERNO DE PROVA** que deve conter uma questão na primeira parte e 6 (seis) na segunda parte, 10 (dez) folhas pautadas, frente e verso, e 3 (três) folhas para rascunho. As folhas destinadas a rascunho poderão ser destacadas e levadas consigo.
2. **CONSTATANDO** qualquer **anormalidade** (página sem impressão, página repetida, ausência de página e correspondentes questões ou impressão defeituosa), solicite imediatamente a substituição.
3. **PARA SUA SEGURANÇA:**
 - a) **Preencha**, em letra de forma, **os campos reservados para nome, nº de inscrição e UF, APONHA SUA ASSINATURA** no espaço a ela destinado;
 - b) **A existência em suas respostas de nome, assinatura, rubrica, cidade ou qualquer anotação ou sinal que permita identificar o candidato, ACARRETARÁ A ANULAÇÃO DE SUA PROVA, sedo vedado também o uso de líquido corretor de texto e de caneta hidrográfica fluorescente (Regulamento do Concurso, art. 36, § 4º);**
 - c) **Observe rigorosamente o LIMITE DE LINHAS para a resposta que o examinador tenha fixado (Regulamento do Concurso, art. 34, § 4º), uma vez que não serão consideradas as linhas excedentes;**
 - d) **UTILIZE FOLHAS INDIVIDUAIS PARA CADA QUESTÃO, NUMERANDO-AS. USE O VERSO APENAS PARA CONTINUAÇÃO DA DISSERTAÇÃO OU DE UMA QUESTÃO;**
 - e) **Sendo insuficiente o número de folhas (rascunho/resposta) constantes do Caderno de Prova, solicite ao fiscal mais próximo folhas adicionais;**
 - f) **Reveja as questões, conferindo suas respostas, antes de transcrevê-las em definitivo, evitando rasuras que poderão dificultar o entendimento de suas respostas.**

PREENCHA OS CAMPOS ABAIXO:

(Reservado ao MPF)

NOME: _____

Nº DE INSCRIÇÃO: _____ UF: _____

ASSINATURA: _____

GRUPO III

PRIMEIRA PARTE

Dissertação

O Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro ajuizou ação civil pública, requerendo que o Município “*ofereça, em sua rede, serviço de saúde especializado, em regime de internação, com o mínimo de 16 leitos, para desintoxicação e/ou tratamento de crianças e adolescentes dependentes de entorpecentes ou drogas afins, dotando o referido de equipamento e profissionais capacitados*”, bem como “*ofereça, nas unidades públicas de saúde de cada área programática da Cidade, serviço especializado, em regime ambulatorial, para atendimento, tratamento e acompanhamento de crianças e adolescentes dependentes de entorpecentes ou drogas afins, dotando o referido serviço de equipamentos e profissionais capacitados*”.

A sentença de primeiro grau julgou procedente o pedido, tendo sido mantida pelo Tribunal de Justiça do Estado.

Inconformado, o Município do Rio de Janeiro interpôs recursos extraordinário e especial. No apelo extremo, fulcrado na alínea “a” do permissivo constitucional, alegou violação ao disposto nos arts. 2º e 167, da Constituição Federal, sustentando que houve “*indevida intromissão do Ministério Público e do Poder Judiciário na execução do dever de*

GRUPO III

administrar, função típica do Poder Executivo, inclusive com violação à questões orçamentárias”.

Em contrarrazões, o Ministério Público sustentou que a norma do art. 227 da Constituição da República impõe aos órgãos estatais competentes – no caso integrantes da estrutura do Poder Executivo – a implementação de medidas que lhe foram legalmente atribuídas. Acrescentou que qualquer lesão ou ameaça a direito trazida ao Poder Judiciário impõe ao juiz o dever de julgar, dando pleno cumprimento não apenas ao inciso XXXV da Constituição – o que é perfeitamente compatível com o art. 2º, da Lei Fundamental -, como dotando de instrumento judicial o princípio da efetividade constitucional e legal.

Elabore um PARECER, examinando, inicialmente, o cabimento e o preenchimento dos pressupostos do recurso extraordinário. Quanto ao mérito, analise as atribuições do *Parquet* Estadual para ajuizar a referida ação e a possibilidade do Poder Judiciário determinar ao Município a realização de uma obrigação de fazer, considerando o princípio da separação dos poderes, entre outros.

(O texto da dissertação deve conter, no máximo, 60 linhas. O que estiver escrito a partir da 61ª linha não será objeto de avaliação.)

GRUPO III

SEGUNDA PARTE

Questões

1. Com base na jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, **justifique** se o Código de Defesa do Consumidor se aplica às seguintes relações jurídicas:

a) contrato de franquia – relação entre franqueado e franqueador;

b) contrato de mútuo vinculado ao Sistema Financeiro da Habitação – SFH – relação entre o agente financeiro do SFH e o mutuário;

c) contrato de compra e venda de adubo agrícola – relação entre empresa produtora de adubo e pessoa física ou jurídica dedicada à agricultura comercial;

d) contrato de seguro – relação entre seguradora e beneficiário;

e) relação entre condômino e condomínio residencial quanto às despesas de manutenção desse.

(cada alínea tem o valor de 2 pontos)

2. Distinção entre empresas estatais prestadoras de serviço público e empresas estatais que desenvolvem atividade econômica em sentido estrito. Regimes jurídicos. Posição do Supremo Tribunal Federal.

GRUPO III

3. Teoria dos contratos. a) Novas manifestações contratuais. b) Contratos com cláusulas predispostas. c) Despersonalização do contratante. d) Contrato coletivo. **(Responder em até 20 linhas. O que ultrapassar não será considerado)**

4. Responsabilidade Civil. a) Responsabilidade por dano causado ao meio ambiente. b) Responsabilidade "aquiliana". c) Responsabilidade pré-contratual: "dano de confiança". d) Responsabilidade pós-contratual. **(Responder em até 20 linhas. O que ultrapassar não será considerado)**

5. Ação de improbidade administrativa. a) Natureza jurídica. b) Hipóteses de cabimento. c) Legitimidade ativa e passiva. d) Efeitos da sentença condenatória. **(Responder em até 20 linhas. O que ultrapassar não será considerado)**

6. Ação direta de inconstitucionalidade e ação declaratória de constitucionalidade. a) Distinções. b) Legitimados e pertinência temática. c) Quorum para julgamento. d) Provas. **(Responder em até 20 linhas. O que ultrapassar não será considerado)**